

# História de vida, subjetividade e violência conjugal

Teresa Cristina Carreteiro – UFF  
Cristine M. Mattar – UFRJ

## RESUMO

O artigo investiga as relações entre a influência dos discursos higienista e romântico – que se intensificaram ao longo do século XVIII – na constituição de uma subjetividade feminina. Estuda uma história de vida marcada pela violência conjugal contra a mulher, silenciada pelas marcas destes discursos nos dias atuais. A partir do enfoque psicossociológico e sociológico-clínico, discute a história de Ana, participante de uma pesquisa sobre violência, e de sua conjugalidade. Neste percurso singular, marcado por discursos familiares, econômicos, sócio-históricos e institucionais, destaca, ao final, os episódios que tiveram valor de *acontecimento*, produzindo rupturas e a elaboração da história de vida estudada.

Palavras-chave: Subjetividade. Violência conjugal. História de vida.

## RÉSUMÉ

L'article analyse les rapports entre l'influence des discours hygieniste et romantique – qui ont été intensifiés tout au long du XVIIIème siècle – dans la constitution de la subjectivité féminine. Il porte l'étude d'une histoire de vie marquée par la violence conjugale contre la femme, menée au silence par les vestiges de ces discours à nos jours. L'histoire d'Ana – qui a participé d'une recherche sur la violence – et de sa conjugalité sont discutées à partir du point de vue psychosociologique et sociologique-clinique. Mis à l'évidence – dans ce parcours singulier marqué par les discours familiaux, économiques, socio-historiques et institutionnels – des épisodes qui

ont une valeur d'*événement* qui produit des ruptures et de l'élaboration de l'histoire de vie.

Mots-clés: Subjectivité. Violence conjugale. Histoire de vie.

## O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA

O fenômeno da violência conjugal contra a mulher ocorre mundialmente. No Brasil, estima-se que cerca de 50% das mulheres vivenciem alguma forma de agressão (A MULHER..., 2001). Determinados fatores tornam este modo de violência específico, tais como o fato de ser praticada principalmente por pessoas próximas, em geral o parceiro afetivo, namorado, marido ou companheiro, e de permanecer silenciada, tanto pelas próprias mulheres agredidas, quanto por pessoas e instituições que a cercam. Porém, o que mais vale destacar, nestes casos, é a presença de situações de extrema violência convivendo lado a lado com expectativas ligadas ao amor, romance e felicidade, altamente valorizadas, e mais ainda, tornando-se encobertas ou “justificadas” com base nestes mesmos ideais. A fim de ampliar a compreensão acerca deste paradoxo, faz-se necessário recordar a constituição histórica destes ideais, com ênfase nos discursos romântico e médico, e, ao mesmo tempo, mostrar seu entrelaçamento com as cenas de uma história de vida, onde a contradição apontada acima e sua naturalização surgem de forma nítida.

## A NOVA MORAL CONJUGAL: O CASAL ROMÂNTICO E HIGIÊNICO

Rougemont (2003), em sua *História do amor no ocidente*, analisa a lenda de Tristão e Isolda, que considera o mito do amor romântico, o “grande mito europeu do adultério”. Sua tese é a de que o sucesso do romance está, não na felicidade, mas na glorificação do obstáculo, cuja culminância seria a morte, o obstáculo supremo.

O amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, ou seja, do amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que o lirismo ocidental exalta não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do par amoroso. É menos o amor realizado do que a paixão de amor. E paixão significa sofrimento (ROUGEMONT, 2003, p. 24).

A concepção de amor do casamento cristão, como dever e conveniência, tornaria esta união insuportável. O que assegura a felicidade dos amantes, a possibilidade de se unirem, é o mesmo que a destrói, porque paixão e felicidade não se coadunam. No entanto, a partir principalmente do século XIX, será exatamente a união dos ideais românticos com o casamento, segundo Rougemont, uma contradição, que irá substituir o casamento familiar ou de razão.

Se antes a moral conjugal baseava-se nas orientações católicas tridentinas, trazidas pelo colonizador português, segundo a qual a aliança matrimonial deveria ser a mais favorável aos interesses familiares, econômicos e sociais, sem que fosse importante basear-se em afeição recíproca, mais adiante, a partir de 1840 no Brasil, o discurso romântico e o discurso médico passam a influenciar a moral conjugal. Começa a surgir nos processos de banhos matrimoniais a expressão “por ser o casamento da vontade de ambos”, indicando a presença de vontades e sentimentos individuais, parecendo que a feição do casamento como questão exclusivamente familiar se modificava.

A moral conjugal, apregoada pelos românticos, opunha ao casamento por interesse a presença do sentimento entre os cônjuges, à escolha familiar a decisão individual, modelo que passou a predominar.

Giddens (1993) faz uma distinção entre o amor apaixonado e o amor romântico. O primeiro, considerado perigoso pela ordem social, levaria o indivíduo a opções radicais e aos sacrifícios, afastando-o da rotina de atividades cotidianas e seria mais ou menos universal. O segundo, culturalmente mais específico, incorporou elementos do *amour passion*, como a idealização temporária do outro, porém dele se distinguiu por introduzir a idéia de uma narrativa para uma vida individual. A história contada pelo romance tornava-se agora individual, “inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos” (GIDDENS, 1993, p. 50).

O autor estabelece uma relação entre o surgimento do amor romântico e as influências que afetaram as mulheres a partir do século XVIII, como a criação do ideário do lar, a modificação na relação pais e filhos e a “invenção” da maternidade, associada então à feminilidade. Um amor “feminilizado”, cuja promoção ficava a cargo das mulheres, a partir da divisão de tarefas entre o marido e a esposa, que haviam sido até então mutuamente responsáveis pela família.

Costa (1998, p. 13) define o amor romântico como uma crença emocional, que, como tal, pode ser mantida ou alterada. Na forma como o experienciamos, o amor romântico aparece como um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas, surdo à voz da razão, incontrolável pela força da vontade e, finalmente, condição indispensável da máxima felicidade a que se pode aspirar, o que autor questiona, apresentando-o como uma crença opcional e seletiva. Destaca-se ainda a crença na eternidade do sentimento, constante e único, que nunca se extingue e não se repete, dirigindo-se ao mesmo objeto. Além de eterno, o amor não depende do objeto para o qual se dirige, ele nasce no sentir de quem ama e prossegue, ainda que o objeto não se faça digno de ser amado. Trata-se de uma idealização que basta por si só para a felicidade de quem ama, na qual ama-se o próprio amor.

Ainda no século XIX, além do discurso romântico, o discurso médico, em especial o higienista, irá debruçar-se sobre as relações conjugais, no sentido de transformá-las, pois eram vistas como “doentes” e “viciosas”.

Agora não mais razões econômicas ou afetivas deveriam ser atendidas pelo casamento, pelo menos não unicamente, mas sim as de ordem médica. O amor ainda era fundamental, mas não suficiente, precisando aliar-se à saúde dos noivos. O saber médico endossaria ou não a escolha individual, sobre a qual deveria prevalecer o benefício da prole e da nação.

O controle torna-se mais intenso que o anterior, religioso, pois a culpa dos fracassos que ocorrem na relação conjugal é computada aos indivíduos. O discurso higienista cria e regula os novos papéis sociais do homem e da mulher, reformulando a vida do casal. Assim, ao “constatar” que a mulher era mais frágil fisicamente, inferia-se que sua constituição moral seria delicada e débil, como também se afirmava que no homem a força e o vigor físicos se estenderiam aos aspectos intelecto-morais. O homem, ao contrário, dominado por qualidades másculas e viris, seria menos propenso ao amor abnegado e consistente vencido pelas mulheres.

Ao mesmo tempo em que fixava as características de cada sexo como se fossem típicas e naturais, o amor era usado para atenuar as tensões conjugais que nasceriam das discrepâncias entre funções tão diferentes. Neste sentido, apenas como pai e mãe o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo, superando suas diferenças sentimentais através da vida conjugal fértil. Ser pai e mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher.

De forma estratégica o discurso higienista deixa de realçar as “deficiências” da mulher, passando a exaltar suas funções sociais que o homem seria incapaz de desempenhar, levando-a a deixar para este as ocupações intelectuais e profissionais. A mãe amorosa, nutridora, seria o esteio da unidade familiar.

O moralismo do discurso médico recebe inspiração da obra *Émile ou da educação* (1779) de Jean-Ja-

cques Rousseau (1712-1778). Ao descrever Sophie, a companhia ideal para Émile, Rousseau define a mulher. Ressalta que esta deve ser passiva, submissa e fraca, em relação ao homem ativo, inteligente e forte, diferenças morais que nascem da diversidade na união dos sexos. A partir deste princípio, conclui que a mulher é feita especialmente para agradar o homem.

Dentre os iluministas, suas idéias se destacam pela radicalidade dos pontos de vista no que se refere à inferioridade feminina, claramente contraditórios com o que se pretendia como o “Século das Luzes”, mas principalmente pela presença de seus preceitos nas concepções de homens e mulheres do contemporâneo acerca dos papéis masculino e feminino. A obra “Émile”, de 1762, é um marco que inspirou fortemente o discurso posterior sobre a mulher, e, conseqüentemente, as relações homem-mulher, parecendo reunir os discursos médico e romântico.

O casal romântico e higiênico será em muitos casos, protagonista das cenas de violência conjugal.

Ao longo do texto, algumas idéias de Rousseau serão discutidas, tendo em vista seu impressionante eco nos dias de hoje, que parecem influenciar profundamente a formação de certas subjetividades femininas, principalmente entre protagonistas das cenas de violência conjugal, o que será possível observar em vários momentos da história de Ana<sup>1</sup>.

## MAIO, MÊS DAS NOIVAS: DE NOVIÇA À ESPOSA

Ana, em 2001, estava com 37 anos, separada há cerca de quatro. Tem segundo grau, já trabalhou como professora primária, atuando hoje como comerciante. Vive com muitas dificuldades financeiras e não recebe pensão do ex-marido, o qual desapare-

1 Por questões de sigilo e ética optou-se por manter os pseudônimos “Ana” para a entrevistada e “João” para seu marido, utilizando-se o termo Centro para designar a instituição na qual ela foi atendida. Ana foi entrevistada por uma das autoras deste texto, Cristine Mattar, para sua dissertação de Mestrado, intitulada “Mulher, intimismo e violência conjugal: tecendo redes e histórias”, sob orientação da Professora Teresa Cristina Carreiro.

ceu desde a separação. Ela morava nesta época com as duas filhas num quarto cedido por sua família.

A entrevistamos em 2001, mas ela foi acompanhada por nós durante aproximadamente dois anos em um centro especializado no atendimento a mulheres em situação de violência. Decidiu procurar a instituição, embora não vivenciasse mais violência conjugal na época, para “falar de sua experiência” num local que pudesse reconhecer sua especificidade. A conhecemos em 99, uma mulher bonita e inteligente, que sonhava fazer faculdade e dar às filhas uma vida melhor que a sua. Durante as entrevistas, Ana chorava com frequência ao recordar e narrar episódios do período em que esteve casada. Dizia-nos que rememorar as situações de agressão vividas ao lado do marido fazia-lhe mal, porém, ao mesmo tempo, sentia que precisava falar delas, para aliviar-se e, quem sabe, elaborar tais lembranças. Se, por um lado, o odiava por ter sido muito violento com ela, por outro, sentia-se culpada por não ter procurado ajuda antes, permitindo que ele a tratasse daquela forma por tanto tempo. Esta ambigüidade estará presente em toda a sua narrativa de vida, a qual, embora individual, sintetiza de forma ativa um contexto social mais amplo, onde o silêncio em torno da violência conjugal vigora, tendo como protagonistas diversos atores sociais, dentre estes a própria mulher que a vivencia. Seguimos Ferrarotti (apud CARRETEIRO, 1989) quando afirma que produções singulares manifestam o sistema social que lhes dá contorno, ao mesmo tempo em que desempenhamos o papel de um pólo ativo, apropriando-nos do social para filtrá-lo ou projetá-lo em outra dimensão. Desta forma, se o indivíduo é uma reapropriação singular do universal e histórico que o marca, é possível conhecer o social a partir de estudos biográficos, pois estes não serão apenas narrações de experiências vividas, mas micro-relações sociais. Ao mesmo tempo, se o sujeito se constitui em ponto de interseção entre o sócio-histórico e as escolhas singulares, ser-lhe-á sempre possível construir outros modos de vida e interferir nos rumos de sua própria história, influenciando também, por sua

vez, as práticas sociais. Estes dois aspectos estarão presentes todo o tempo na experiência narrada por Ana.

Antes de conhecer João, seu marido, Ana havia sido noviça em um convento e pensara seriamente em seguir a vida religiosa. Com o tempo, alguns fatos ocorridos na instituição a decepcionaram e ela decidiu sair do convento, sem, porém se afastar da religião. Interessava-se muito por política, sonhava em contribuir para minimizar as injustiças sociais, e, por isto, ingressara em um partido político de esquerda ligado à igreja. Nesta fase, o sonho de encontrar o homem ideal e casar-se volta a fazer parte de suas cogitações.

Durante um comício no qual distribuía panfletos de uma campanha eleitoral, Ana conheceu seu marido. Ela conta que foi iniciativa sua se aproximar, pois já o conhecia de vista, iniciando-se então uma longa conversa. Ana se recorda de tê-lo achado muito interessante e gentil. Ela disse a ele que havia vivido em um convento, e neste momento viu na expressão dele algo que interpretou como sendo: “esta é a mulher que eu estou procurando”. Neste dia ele contou a Ana que fora seminarista, e que agora era advogado, informações que ela descobriria em breve não serem verdadeiras, mas que, nesta ocasião, a deixam bastante impressionada, parecendo-lhe haver também encontrado o “homem de sua vida”. Ao se despedirem, ele anotou seu telefone, passando a ligar diariamente. Nove meses haviam se passado desde que Ana saíra do convento quando se casaram. Ela nos diz: “*Eu saí do convento, fui morar na casa de minha irmã, mas eu queria o meu canto, eu infelizmente fui montar o meu canto com esse homem*”. Ana se casa por amor, coerente com os ideais da moral conjugal romântica oitocentista. Pareceu-nos, ao ouvi-la, que este sentimento sobrepujou, na época, quaisquer informações ou dados de realidade que pudessem infirmar a imagem de perfeição que Ana formara do noivo, mesmo conhecendo-o há pouco tempo. Um certo ar de mistério cercava, neste momento, o sentimento romântico, permitindo que, sobre um terreno desconhecido, fossem construídas idealizações,

envolvendo o objeto amado numa aura de desconhecimento que o tornava mais atraente (COSTA, 1998, p. 13).

Ana quis casar-se em maio, mês das noivas. No seu caso, o sonho de um noivado feliz começaria a ruir logo no início do casamento.

### DO AMOR IDEALIZADO À TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA, SILÊNCIO E ISOLAMENTO

Após o casamento, Ana começa a passar por muitas dificuldades financeiras ao lado do marido. Ele tinha um pequeno salário, ela trabalhava como faxineira em uma escola, para ajudar no aluguel no quarto onde moravam. Ana já percebera não haver nenhuma comprovação de que o marido fosse advogado em sua carteira de trabalho, mas até então silenciara. Ao referir-se ao assunto, sofrerá a primeira agressão, com um mês de casada. Neste dia seu marido chega em casa e começa a acusá-la por causa de um alimento que estragara no congelador. Inicia-se uma discussão, até que Ana, irritada, o chama de mentiroso, pois não era advogado. Ao dizer isto, recebe uma bofetada. Esta atitude leva-nos a pensar que o marido não admite que Ana diga quem ele é de fato, despido da roupagem valorizada socialmente que desejava manter. Descoberta a situação real, vêm à tona suas qualificações, ou seja, alguém que possuía pouca instrução, que ocupava uma função subalterna, tendo um lugar social que percebia como sem valor. Pode-se pensar que o início das agressões coincide com o ruir do poder social forjado por João. Até então, ele havia conseguido manter aos olhos da esposa um lugar social considerado prestigioso, havia sido seminarista e depois advogado. Sua condição social falsificada servira como uma “prótese” para ajudá-lo a conquistar sua mulher. Mas as precárias condições cotidianas de vida tornavam difícil sustentar tal posição, não havia sinais que pudessem comprová-la. O *status* perdido é então substituído por um outro poder, o de “macho”.

Ao seguirmos a tese de Costa (1989) – onde o homem, como marido e pai, obteve permissão do discurso médico para ser “macho”, compensan-

do a perda de seu tradicional poder de proprietário – notamos que trabalhar, cuidar do corpo e do sexo passam a ser as prerrogativas masculinas a partir do século XIX, concentrando no “machismo” o que restou de seu poder social. Este lugar também passou a conferir à esposa uma posição fixa e subalterna na esfera do lar, tornando-a uma das antigas propriedades conservadas pelo homem. Sobre este aspecto, Costa (1989, p. 252) fornece-nos algumas elucidaciones:

A redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada representou esse compromisso entre o pai e o poder médico. O homem, expropriado de terras, bens e escravos, através da higiene, colocou seus genitais à serviço do Estado. Em contrapartida foi-lhe dado o direito de concentrar sobre a mulher toda a carga de dominação antes distribuída sobre o grupo familiar e demais dependentes da propriedade. A esposa passou a ser sua única propriedade privada. De propriedade jurídico-religiosa, a mulher passou a propriedade higiênico-amorosa do homem.

Inspirando-nos nesta citação, pensamos que João, ao assumir o “machismo” face à sua mulher, sente-se expropriado, não da propriedade como no século XIX, mas de um *status* forjado.

Após este episódio, a vida conjugal torna-se o que Ana descreve como um “inferno” que perduraria durante os próximos sete anos, pois o machismo, na sua acepção mais violenta, onde a mulher aparece como “propriedade” do homem, passa a compor a conjugalidade.

Ao receber esta primeira agressão, Ana revela haver sentido “*muito desespero, vontade de ir embora, de sumir, de não voltar, mas voltar pra casa não podia, tinha casado, na casa da minha mãe não tinha lugar pra mim, e como eu ia dizer pra eles que eu estava sendo violentada?*”. Assim, decidiu relevar a violência. Como ela, muitas mulheres que vivenciam violência conjugal durante anos narram que nada fizeram após a primeira agressão, ou seja, nada que mostrasse ao parceiro que tal “atitude” não era aceitável. Uma vez relevada e aceita a primeira vez, a cena, provavelmente, se repetirá, como aconteceu na vida de Ana. Pode-se pensar que a agressão se inscreve como o primeiro

“acontecimento traumático conjugal” que vai modificar doravante o modo de relação, fazendo com que a maioria dos conflitos sejam permeados pela violência.

Figueiredo (1994) define acontecimento traumático como aquele que é inconcluso, que não se consuma, por não ser tematizado, bloqueando o transitar do inominável para o sentido, e a possibilidade de novos acontecimentos. Ao invés de abrir a presença, como fazem outros acontecimentos, o trauma, neste momento não tematizado, encerra o campo do experimentável, confinando o horizonte das possibilidades e reduzindo drasticamente a sensibilidade ao diverso, abrindo assim um precedente para que a cena violenta se repita.

Até os sete meses de casamento a família de Ana não saberia do que lhe acontecia. Ela acreditava que, uma vez casada, deveria resolver sozinha seus problemas, sem “importuná-los”, pensamento que será recorrente ao longo de toda sua narrativa. Sente-se responsável individualmente pelo sucesso ou fracasso de seu casamento. Notam-se, nesta afirmativa, traços do discurso romântico, pois este apregoa ser o casamento por amor uma escolha individual, livre de injunções familiares, cabendo ao indivíduo toda a responsabilidade pela manutenção ou dissolução da família. Costa (1989, p. 233) irá mostrar como este discurso tornava o compromisso entre os cônjuges mais denso. “O infrator sentia-se, agora, duplamente coagido. Sofria a reprovação social e padecia o remorso de trair as expectativas amorosas do parceiro, com quem se unira por livre e espontânea vontade”.

O romantismo funciona para Ana como um forte valor. Assim, durante seu casamento, acreditava-se a única culpada pelos problemas, as brigas e agressões, que encarava como um “fracasso” pessoal, em função de ser “depressiva”. *“Acreditava que eu era a culpada do meu casamento não estar dando certo”*. Para ela, era como se não houvesse mais nada a fazer, pois percebia tudo como complicado e problemático. Às vezes julgava estar lidando com um “louco”, ora agressivo, ora afetuoso. Outras vezes buscava

justificar a conduta do marido pela bebida, que ele consumia com cada vez mais frequência. Ana se percebia numa situação de sofrimento que interpretava como destino, fatalidade, a qual acreditava dever suportar. A resignação se aproxima do que Rousseau (1979, p. 430) descreve como doçura, sendo esta a mais importante qualidade da mulher. A mulher para o autor “deve aprender desde cedo a **sofrer até injustiças** e a **suportar os erros do marido sem se queixar**; não é por ele, é por ela mesma que deve ser doce” (grifo nosso). A obrigação de ser resignada e de manter o laço conjugal é sustentada pelo vínculo de amor, este último como argumento prioritário da narrativa de Ana, que a faz permanecer e suportar todas as situações de agressão.

A violência será deflagrada por diversas cenas. A exigência da realização de tarefas domésticas era motivo, com frequência, alegado pelo parceiro para perpetrar agressões. Caso não atendesse a tais expectativas, iniciava-se uma discussão que, quase sempre, culminaria em violência. Ana conta que sempre foi criticada pelo marido no que dizia respeito ao seu desempenho nas tarefas domésticas, acusada de que *“não sabia fazer nada direito, não sabia cozinhar”*. *“Ele dizia ‘você não sabe fazer nada’, tudo que eu fazia era ruim, era errado, e eu cozinhava bem, as pessoas gostavam... Quer dizer, parece que os erros do mundo ele colocava em mim”*. Ana, nesta época, buscava agradar, sem sucesso. Reencontramos aqui a idéia rousseauiana de que a mulher é feita para agradar o homem.<sup>2</sup>

O marido parecia exigir de Ana o cumprimento do papel tradicionalmente delegado à mulher, o da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família (RAGO, 1985), ideal com o qual ela se identificava, esfor-

2 Ao colocar a mulher como completamente dependente do olhar e do julgamento que dela faça o homem, sem cujo olhar não tem existência própria, Rousseau (1979, p. 423) afirma: “Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens: não basta que sejam estimáveis, cumpre que sejam estimadas; não basta que sejam belas, é preciso que agradem; não basta que sejam bem comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar por infame seja um dia honesta”.

çando-se por atendê-lo. Ana não tinha “permissão” para trabalhar fora e era instada insistentemente a engravidar, a ponto de ter seu contraceptivo jogado fora pelo marido. Parecia “faltar”, em sua trajetória conjugal, o lugar de mãe, pois é a presença dos filhos que vai designar a união dos cônjuges como uma família e conferir à mulher a maternidade (FÉRES-CARNEIRO, 1996), confirmando, dentre a multiplicidade de identidades da mulher que começam a se fazer presentes na proposta higienista, a de esposa e mãe. Este modelo, que encontra respaldo na perspectiva da maternidade, não permite que a mulher se emancipe intelectual e profissionalmente.

Aos sete meses de casamento tem lugar a primeira separação. Após uma discussão na noite de Natal, durante a qual ocorrem mútuas agressões, Ana decide retornar à casa dos pais. Somente então sua mãe e demais familiares ficam sabendo do que lhe acontecia. Um dos irmãos sugere que Ana denuncie o cônjuge. Como não conhecia nenhuma delegacia de mulheres na época, ela decide ir a uma delegacia comum. *“Fui numa delegacia e eles simplesmente mandaram eu voltar pra casa, sentar com meu marido e resolver o problema com ele”*. Cabe ressaltar como a instituição pública chamada a intervir lança sobre a questão da violência conjugal o véu da intimização, categorizando-a como algo que diria respeito exclusivamente ao casal. Esta resposta institucional, além de reforçar todo o ideal romântico-higienista que temos analisado, também traz em seu bojo a idéia de que a conversa pode resolver qualquer problema, em uma simplificação empobrecida da influência psicanalítica. Pode-se entendê-la como uma intervenção que, ao não levar em conta a gravidade da situação, não aquilata o disfuncionamento presente na relação conjugal, onde o vínculo encontra na violência um dos seus elementos estruturantes. Se na figura do “debate”, a conversa e a palavra funcionam como um elemento do elo conjugal, o mesmo não ocorre quando as cenas se constroem sobre o *combate*, onde o elemento de ligação é a violência (CARRETEIRO, 1993). Por outro lado, a instituição se abstém do seu papel precípua que seria fazer interceder a lei como

figura de proteção dos cidadãos (CARRETEIRO, 2003). Ao procurar a polícia devido às agressões físicas do marido, o lugar de cidadã de Ana acaba decomposto em mulher-cidadã, sendo a primazia dada ao primeiro termo, mas na sua conotação de esposa, parte de um vínculo de união com o homem-esposo. A diretriz proposta pela instituição sugere, então, o restabelecimento desta união, cuja tessitura deveria ser feita pela conversa, recuperando assim a matriz do intimismo, concebendo o próprio casal como o responsável por suas disfunções.

Ana permaneceu durante dois meses na casa dos pais, porém, revela que continuava gostando do parceiro e sentia sua falta.

Em fevereiro uma de suas irmãs recebe uma ameaça por telefone e as suspeitas recaem sobre João, que aparecera algumas vezes, segundo ela, para “aprontar”. O cunhado pede que Ana seja mandada embora, a fim de evitar problemas para a família, pois acreditava que, onde ela estivesse, seria seguida pelo marido.

Vê-se como uma conjunção de fatores irá culminar na reconciliação de Ana com o companheiro. Primeiro ela começa a perceber-se como um peso para a família; sente-se “deprimida”, “sem saber da vida”. Vê que os familiares tinham outros problemas, e não desejavam envolver-se com os seus naquele momento. No fundo, Ana percebe uma expectativa de que ela retome sua vida ao lado do marido e dê conta de seus problemas com ele, já que escolhera se casar, visão que ela própria possuía. Deste modo, tanto na instituição policial quanto na família, há um ideário conjugal que se reforça e encontra eco nas próprias atitudes de Ana. Ela decide então procurar o marido em seu trabalho, a princípio para “tomar satisfações” sobre as ameaças feitas à irmã. Porém, tal visita acaba levando-a a reatar o casamento. Ela conta: *“Foi totalmente diferente. Quando eu cheguei lá eu comecei a agredir, a falar, a discutir, e ele dizia ‘não, nós temos que conversar, vem aqui’, me beijou, dançou né, como é que se diz, voei, acabei esquecendo a raiva, esquecendo tudo, acabei ficando com ele lá, aí acalma tudo né, aí você pensa de outra maneira. Acabei voltando*

*naquela situação*". Ana, neste momento, não "resiste" à aproximação física do parceiro, e se "rende", esquecendo-se de tudo aquilo que a desagradava e que, neste momento, perde o valor. Ama-o, independente do que faça o amado, com um sentimento que consegue anular todos os fatos desagradáveis que apelam para a realidade, numa atração que não resiste à aproximação física, na paixão que sobrepuja o controle da razão. Ela acreditou quando o marido lhe disse que algum inimigo seu do trabalho teria, provavelmente, feito as ameaças. "*Ele era muito perspicaz, envolvente, e eu era tão ingênua que acreditava nas mentiras*", o que levou sua mãe a afirmar: "eu não sei o que ele fez com você, porque ele consegue domá-la do jeito que ele quer". O amor retoma sua vertente de ilusão: surdo à voz da razão, incontrolável pela força da vontade e um sentimento eterno, constante e único, que nunca se extingue e não se repete, dirige-se ao mesmo objeto, e independe deste, pois nasce no sentir de quem ama e prossegue, ainda que o objeto não se faça digno de ser amado. Reanimada pelo sentimento amoroso, Ana decide então voltar para o marido sem comunicar à família, no intuito de evitar críticas à sua decisão. Assim, ela passa a viver com ele em outra cidade, longe de todos, isolando-se numa cumplicidade exclusiva com o parceiro conjugal. "*Me envolvi de uma maneira que eu permiti viver eu e ele, só eu e ele, sem a família saber*". Neste período de muitas dificuldades, Ana conta que viviam em um quarto emprestado em um cortiço, onde não havia móveis. Nesta fase, ela lembra que não era agredida, pois, acredita hoje, o marido a percebia como alguém que permanecia ao seu lado, que o apoiava e que o amava, aceitando viver naquelas condições. Apesar disto, havia brigas constantes, porque o parceiro insistia para que Ana engravidasse, continuando a jogar fora seus remédios anticoncepcionais. Viviam com muitas limitações financeiras, até que ambos são chamados para trabalhar em um clube, onde passam a residir. Data deste período o episódio que ela define como sendo o de maior violência em seu casamento.

## EXPECTAÇÃO SILENCIOSA

Durante um evento no clube, no qual Ana servia o almoço, comparece um antigo amigo seu de juventude. Este fez questão de cumprimentá-la, mas Ana tentou se esquivar, temendo represálias do marido. Ela acredita que alguém o prevenira quanto à situação, pois a observava de modo insistente. Ana tenta evitar servir a mesa do amigo, para não despertar ciúmes. Porém, a diretora do clube manda que ela o sirva, como a todos os outros. Ana procura fazê-lo num momento em que o marido estava distraído, mas mesmo assim este percebe. Mais tarde ela viria a saber que ele ameaçou agredi-la naquela hora, mas alguém o conteve. Ana descreve o amigo com admiração, como alguém bonito, que era advogado, o tipo de rival que despertaria facilmente os ciúmes do parceiro, representando uma ameaça, pois possuía os atributos por ele (e também por ela) tão valorizados.

A festa termina. Ana percebe que marido bebera em excesso, quando este lhe ordena que faça arroz. Ela se recusa, pois havia sobrado muita comida, e diz que não ficaria perto dele naquela noite, pois detestava o cheiro da bebida. Temendo agressões, Ana decide trancar-se numa das suítes do clube. Percebe quando ele desliga a chave geral e começa a tentar entrar em seu quarto. "*Eu estava em pânico dentro do quarto, eu me lembro que eu rezava a Ave Maria, eu tremia, eu tremia apavorada*". Do lado de fora ele ameaça matá-la. Sem conseguir entrar, ele retorna com álcool e atea fogo na parte externa. Mesmo sentindo-se sufocar com a fumaça, Ana permanece trancada e começa a gritar pelo caseiro, que morava mais abaixo. Ninguém aparece. O trecho que se segue em seu relato mostra o quanto a violência foi intimidada. O marido desceu à casa do caseiro e disse que ela estava tendo um acesso de loucura, que sempre tivera problemas mentais, e que colocara fogo no clube. O caseiro, embora a conhecesse há algum tempo, acredita e entrega a ele a chave do quarto. A palavra do marido, neste momento, pesou mais do que os gritos de Ana. Uma vez casada e (suposta

e repentinamente louca), seu pedido de socorro nenhuma validade possuía.

Lembramo-nos do impacto causado pelo relato de Ana do que aconteceu em seguida. O marido a arrastou para fora do quarto, pelo corredor, até o banheiro. Ela foi agredida, surrada e violentada sexualmente. Ele ordenava a Ana que “gozasse”. Apesar da violência da situação, não houve nenhuma reação dela como resposta àquela noite. A violência extrema pela qual passara foi silenciada pelo fato de serem “um casal” (sic). No dia seguinte ela narra que pensou em matar-se. Talvez esta fosse a única resposta desesperada que lhe parecia plausível face à situação. O pensamento do ato suicida reforça a contenção da violência no âmbito privado, ou melhor, “ultra-individual”. Ana acredita que recebeu ajuda divina para que não se suicidasse. Após alguns dias ela procurou o caseiro e contou o que havia acontecido. “*O senhor não me ouviu gritando, não me ouviu pedindo socorro?*”, ao que o caseiro responde: “*ah, mas eu não sabia, pra mim vocês viviam bem, porque vocês estavam sempre abraçadinhos...*”. Aqui se percebe a cisão entre a imagem pública do casal harmonioso e a realidade encoberta da intimidade marcada pela violência.

Algumas categorias cunhadas por Sennett (2001) podem oferecer elementos para analisar o conjunto dos fatos narrados acima. São elas: o segredo, a figura do expectador silencioso, e o paradoxo da visibilidade e isolamento. Sennett (2001) ressalta que a modernidade assistiu ao declínio da vida pública e, ao mesmo tempo, ao processo de intimização. Até o século XVIII, vivia-se em meio à intensa sociabilidade. As ruas eram semelhantes aos palcos de teatro e os homens expressivos atores, que aí interagem por meio de convenções de forma impessoal, sem precisarem se conhecer intimamente para se encontrarem. Público e privado funcionavam de forma equilibrada, o estar em público ligado ao social e cultural, ao comportamento convencional útil no encontro com desconhecidos nas ruas, e o privado ao natural, familiar. Aos poucos, com a introdução da personalidade em público, tornamo-nos

espectadores passivos e silenciosos do que acontece nas cidades, passando a observar em lugar de interagir para conhecer, a fim de evitar a exposição de nossa “intimidade”. Assim, distanciamos-nos do que acontece ao redor, evitando o envolvimento com situações que julgamos não nos dizerem respeito, pois não são pessoais, privadas. Cresce o valor de segredo conferido à privacidade e instaura-se o paradoxo do isolamento em meio à visibilidade. De posse destas idéias, retomamos a cena narrada por Ana, na qual segredo, isolamento e silêncio fazem-se presentes.

Ela pensou em procurar a família, mas desistiu. Percebemos que há um reforço à idéia de isolamento e segredo ao justificar que não desejava levar problemas à mãe. Ao mesmo tempo, sentia vergonha de revelar que voltara para seu marido e vivia daquela forma. Temia que os familiares lhe dissessem que tinham razão quando a advertiam para afastar-se do cônjuge. Um de seus irmãos chegara a afirmar que ela “gostava de apanhar”. Todas estas idéias contribuem para que ocorra um afastamento radical da família neste período.

Qualquer pedido de ajuda que lhe ocorria também era descartado. Ana imaginava que seria “ridicularizada” caso recorresse novamente a uma delegacia. Parece que a maneira como foi recebida, ao procurar pela primeira vez, foi capital para desencorajá-la a ter outras iniciativas.

A violência conjugal interferiu também na vida profissional. Após o episódio de “ciúmes” e violência, o casal é despedido do clube. Novamente passam a morar num quarto. Ana atribui ao amor o fato de aceitar viver precariamente ao lado do marido. Sua crença religiosa corrobora e solidifica o ideal amoroso, sendo os preceitos de “perdoar” e “amar para ser amada”, interpretados por ela como deveres em relação ao parceiro. Em muitos momentos, Ana dava-nos a impressão de que assumia a postura de mártir, alguém cujo sofrimento e sacrifício não poderiam ser modificados, mas deveriam ser aceitos e vividos resignadamente, como um destino.

Outros episódios de ciúmes ocorreram, nos quais ela era representada como suspeita, pelo fato

de ser mulher, como se fosse potencialmente propensa à traição. Encontramos em Rousseau (1979) esta formulação. Para o autor a mulher estaria escravizada a constrangimentos contínuos e severos, os do decoro e das conveniências, devendo exercitar-se desde cedo a estes constrangimentos, para que não lhe fossem um peso, e a dominar suas fantasias, submetendo-as às vontades dos outros. Estas concepções, que realçam o papel da fantasia, nos fazem pensar na idéia, produzida historicamente, de que a mulher submete-se menos aos vínculos sociais e tende a criar vínculos intempestivos, o que, desta forma, “justificaria” as formulações repressivas contidas em Rousseau, tornando-as “necessárias”.<sup>3</sup>

O marido de Ana parece também temer sua mulher e exercer todo o seu domínio para que ela engravidasse. Pouco tempo depois do episódio agressivo, Ana engravidou. Ele recusava-se a usar o preservativo e jogara fora seus remédios de contracepção. Sem dinheiro para a injeção de anticoncepcional, vem a primeira gestação. Ao mesmo tempo, ela imaginava que um filho lhe daria uma razão de vida, pois “*não tinha mais motivação para viver*”.

Ana morava, então, num dos locais mais pobres do Estado, e às vezes não tinha o que comer. João estava desempregado, fazia pequenos serviços, ela dava aulas na comunidade, mas recebia muito pouco. As vizinhas, que presenciavam as discussões, lhe conseguiam remédios, enxoval e alimentos. Todas lhe diziam que deveria abandoná-lo e seguir sua vida. Ana chegou a ser agredida aos oito meses de gestação e, mais tarde, enquanto amamentava. Ao perceber estas situações, uma das vizinhas insistia para que Ana o denunciasse e fugisse. “*Pensei em ir, mas ao mesmo tempo eu não tinha o dinheiro, não pensava em ir, e era uma confusão. Você pensa assim: eu tenho filho pra criar, eu acabava não tendo esperança, nem perspectiva*

*de vida, de melhora, eu acho que eu sempre vi dificuldade nas coisas*”.

Mesmo assim, um dia ela decide ir embora pela segunda vez. Esta decisão acontece quando o marido ameaça impedi-la de ver e criar sua filha. Ele chega a trancar-se com a criança em casa, deixando Ana do lado de fora. Auxiliada pelos vizinhos, ela vai com o bebê para a casa dos pais, onde permaneceria por três meses. A família a apóia e decide acolhê-la com a criança. Ana começa, então, a trabalhar como professora. Neste período o marido passa a procurá-la com frequência, tentando uma reconciliação. Argumentava que a “deixaria” trabalhar, e que morariam desta vez numa casa, prometendo a Ana uma vida melhor. Ela decide aceitar mais uma vez: “*Eu gostava dele né, tinha essa coisa, quando eu via era aquela atração, era aquilo tudo que mexia, era, como diz uma amiga minha, uma simbiose né, eu não sabia quem era mais doente, se era eu ou se era ele. E eu acabei voltando*”. Além do argumento do amor, Ana temia criar sua filha sozinha, sem pai. Como nos momentos de reconciliação, ressurge a idéia da eternidade da união: “*Eu casei, agora eu tenho que agüentar*”.

Como nas outras retomadas conjugais, há uma mudança de domicílio, levando a um grande isolamento. Ana passa a morar em local retirado, ermo, segundo ela, local de “desova”. Isola-se com o marido, distante de sua família e, desta vez, sem vizinhos por perto. Na época, percebeu que encontrava-se mais sozinha, pensava que esta era uma estratégia do marido para intimidá-la e manter seu poder sobre ela: “*percebi a escolha do lugar que ele fez*”.

O ciclo de agressões, afastamentos e reconciliações estava ainda longe de terminar, tornando-se mais arriscado. Foi assim que, durante uma das brigas, seu marido, alcoolizado, tentou estrangulá-la com o cordão de uma bolsa, e depois asfixiá-la com as mãos e com o travesseiro. Só a soltou quando a filha, no berço, começou a chorar e a chamar pela mãe. Ana conta que ficou em pânico e achou que fosse morrer. De madrugada o marido acordou e a forçou a ter relações sexuais. Chamou-a de prostituta porque Ana não correspondeu, apenas chorava.

3 Segundo Rousseau (1979, p. 415) “Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. Sua violência está nos seus encantos; é por eles que ela deve constrangê-lo a encontrar sua força e empregá-la” (Grifo nosso). Cabe ressaltar a desconstrução deste pensamento elaborado por Enriquez (1990).

Nesta noite ela conta que não fingiu, como acontecia algumas vezes.

Enquanto o marido dormia, Ana passou a noite em claro. Pensava em matá-lo, em se matar, em sumir com a filha. Esperaria o amanhecer para sair dali e denunciá-lo no dia seguinte. Lembrou que no município próximo havia uma DEAM<sup>4</sup>. Naquele dia ela pensou: *a única maneira de barrar esse homem é fazer uma denúncia*.

Ana registrou uma ocorrência, pela primeira vez. Como estava com a boca machucada, o policial a encaminhou ao IML, para o exame de corpo-delito. Esta instituição ficava num cemitério, segundo Ana um lugar horrível, sem nenhum preparo para acolher situações como a sua, o que, provavelmente, desencoraja muitas mulheres a prosseguirem. Ana não desistiu desta vez. Mostrou o ferimento na boca, mas como chorava muito, o perito perguntou se algo mais havia acontecido. Teve vergonha de dizer que também havia sido estuprada e que estava mais machucada do que aparentava. O estupro conjugal, comum em casamentos permeados pela violência, raramente é revelado ou denunciado. Frente à recusa da mulher em manter relações sexuais com o marido, esta e outras formas de agressão surgirão como represálias ao que se considera o não cumprimento de um “dever” conjugal.

Ao retornar à casa, após a denúncia, Ana decidiu ligar para sua família. Contou à irmã o que acontecera e disse que precisava da presença de seu pai, para conversar com João. Dependendo do que acontecesse na conversa, ela iria embora. Como o pai não estava em casa, a irmã decidiu ir ela mesma à casa de Ana. O marido, ao chegar do trabalho e vê-la, desconfiou que Ana a houvesse chamado. Acabou expulsando a cunhada, pois “adivinhou” que Ana pretendia ir embora. Muito nervosa, pois não queria que o marido percebesse sua intenção, ela conta que naquela noite fingiu estar tudo bem. *“Meu pai é que tinha que vir, eu estava precisando de um*

*homem e não de uma mulher”*. Percebe-se que para ela, o apoio de um homem da família era o que conseguiria intervir sobre aquela situação, barrá-la, e lhe garantir segurança. Ao chegar em casa a irmã contou ao pai e aos irmãos o que havia ocorrido, exigindo que tomassem providências como “homens da família”, não importando que Ana houvesse decidido voltar para o marido. Até então haviam resolvido não se envolver mais, pois acreditavam que ela sempre voltaria atrás.

No dia seguinte o pai, um irmão e dois policiais estavam na porta da casa de Ana, para buscá-la. Era um domingo de manhã. Aqui a intervenção familiar e institucional se associam, criando a figura de intermediário que se interpõe entre Ana e o marido. É o elemento intermediário que vai funcionar como terceiro no sentido estabelecido por Freud, criando uma referência outra que a relação de domínio corpo a corpo que se procede na vinculação unicamente dual, violenta. Um dos modos de analisar a violência, a partir da psicanálise, se dá através da impossibilidade de admitir o recalçamento do desejo de domínio, remetendo à manutenção de uma liberdade ilimitada, ou melhor, de fazer do imperativo de gozar, de dominar, o foco das relações. Com a intermediação ativa e reconhecida da lei, do ideal de justiça, os sujeitos vêem-se obrigados a se submeter à idéia de respeito e aos ideais coletivos. Nos parece que a ação conjunta familiar – com a presença da figura paterna e dos irmãos – e policial, inscreve na relação conjugal um lugar diferenciado, obriga o casal a reconhecer uma outra instância, qual seja a da justiça, referência ignorada por ambos os cônjuges. Logo após esta situação, o marido começou a chorar, dizendo não saber por que ela havia feito isto. Ana diz que também chorou, mas decidiu ir embora: não agüentava mais. Tanto João como Ana mostram-se como que desorientados com esta intervenção: ele deixa de ter a posição de “um” (LA BOETIE, 1999), infantilizando-se, e Ana reconhece uma exaustão.

No trem, o policial perguntou a Ana o que a fazia morar naquele lugar, conhecido local de “desova”, onde poderia ser morta sem que ninguém sou-

4 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. As DEAMs surgem na década de 80.

besse. Ela lembra que era esta exatamente a ameaça que o marido lhe fazia com frequência, a de matá-la e ocultar o corpo, para que nunca fosse descoberto.

Ao tornar público o que lhe acontecia, Ana saiu do isolamento. Com a intervenção familiar e institucional (policial), quebra-se uma vez mais o ciclo da violência, porém não definitivamente.

De volta à casa da mãe, Ana permaneceria separada por nove meses. Neste período ela relata que adoecia com frequência de pneumonia, “a doença da tristeza”. Atribuía sua tristeza ao fato de continuar gostando do marido, pois não acreditava fosse culpa dele o que acontecia, mas sim da bebida. O que Ana mostra, através de seu relato, é como não conseguia manter um outro rearranjo psíquico que não fosse através da violência e da relação conjugal marcada pela repetição.

Ao mesmo tempo, Ana não se sentia à vontade morando com os familiares. Dividia um quarto com outra irmã e os três filhos desta, a qual tinha problemas psiquiátricos, que haviam se agravado após um casamento em que sofrera muita violência. Logo, seu caso não era o único na família.

Novamente o marido a procura. Repete-se o discurso de que tudo agora seria diferente, pois havia sido promovido e comprara móveis para a casa: tv, vídeo, armário, jogo de poltronas. Até a máquina de costura que Ana tanto queria lá estava, à sua espera. Porém, pedia que ela retirasse a queixa na delegacia. Ana decide manter a denúncia. Uma amiga de sua irmã, que era policial, diz-lhe que aquela era sua garantia de vida. A denúncia representava a presença da esfera institucional na vida privada do casal no entanto, esta esfera mostra sua fragilidade com suas zonas de corrupção, pois a queixa acaba sendo arquivada, por influência do prefeito para o qual seu marido trabalhava. A violência é mais uma vez silenciada pela própria instituição encarregada de publicizá-la. Percebe-se nesta análise a vulnerabilidade do elemento justiça. Este tem, nesta narrativa, uma função “vaga-lume”, apaga e acende. Ao se apagar, devido às ações espúrias pautadas em um poder político que trabalha no oposto da transparência, ele traz

também o apagamento, como veremos, do que a lei começava a produzir subjetivamente nos cônjuges.

Embora relutasse em voltar, mesmo com as dificuldades na casa da mãe, o marido continuava insistindo. Dizia estar freqüentando o grupo dos Alcoólicos Anônimos e também um psicólogo, o que Ana descobriria, depois, não ser verdade. Na época, mais uma vez, acreditou, ou parecia desejar acreditar, pois, na verdade, queria voltar a viver com ele.

No dia de Ano Novo o marido permaneceu em seu portão, tentando convencê-la. Ana pediu que ele fosse embora, mas estava em dúvida se deveria voltar ou não. Ao retornar da igreja, o encontrou caído numa calçada, embriagado. Ela conta que sentiu pena. Achou degradante ver “*um homem se humilhando assim por sua causa*”. O processo conjugal era marcado por uma rigidez de funcionamento cristalizado nas figuras: potente x impotente. Ana se compadece ao perceber, neste momento, seu companheiro na posição de impotente e sente-se, ao mesmo tempo, fortalecida. Suas cunhadas e os vizinhos corroboram esta visão e dizem a ela para dar mais uma chance, pois estava ali, sem sua casa, sem dinheiro, com uma filha para criar. Que não o deixasse “sofrer tanto”. Hoje ela reconhece que tais conselhos eram dados por pessoas para as quais a “paixão” justificaria o injustificável, visão na época compartilhada pela própria Ana. Ela decide voltar e retorna ao mesmo local de moradia isolado de antes. Um mês depois já estava passando pelas mesmas situações de agressão, ou seja, retoma a posição de impotente. Às vezes acreditava estar vivendo com um *louco*, pois no dia seguinte às agressões seu marido acordava bem-humorado e levava-lhe o café na cama, dizendo que ela precisava se alimentar. Talvez a bebida estivesse “*destruindo seus neurônios*”, pensava. Nesta fase vem a segunda gravidez. Ana não desejava outro filho, tenta abortar com chás, mas não consegue. Não tinha recursos para realizar em uma clínica uma intervenção cirúrgica. Ao ter o bebê, pede ao médico para fazer ligadura de trompas, pois não desejava mais filhos.

Posteriormente ela é aprovada num concurso para o magistério e começa a trabalhar. Nesta época passam a morar em outro local, menos isolado, quando ela inicia o tratamento com uma psicóloga, a qual a alertava sobre os riscos e lhe dizia: “sai da vida desse homem, some, tenha pernas pra ir embora, a doente não é você, é ele”. Ana respondia que tinha que ficar, porque havia se casado com ele, que ela era a culpada por seu casamento não estar dando certo, porque era depressiva. Porém já não permanecia tão isolada. Trabalhava, ia à psicóloga, reunia-se com companheiras da igreja em sua casa (até que o marido proibisse). Ou seja, outros discursos começavam a se interpor na rígida linguagem do sistema violência-submissão. Mesmo assim, mantinha-se inalterada a situação conjugal, até que um fato inesperado daria início ao processo de ruptura definitiva entre Ana e a violência, inaugurando um outro discurso, com valor de acontecimento.

#### FALA E ACONTECIMENTO

Uma noite, envolvido numa discussão de rua por causa da política local, seu marido sofre uma agressão e decide mudar-se às pressas para o município onde morava a família de Ana, temendo ser morto. Ao que parece, ele atuava como uma espécie de “segurança” do prefeito, e, com a mudança política, corria risco de vida. Ana não sabia muito bem com o que ele se envolvia. Ficariam na casa dos pais dela, até construírem um quarto no terreno destes.

Ana relata que, mesmo morando com a família, as agressões continuavam, principalmente verbais. No entanto, ela estava diferente. Sentia-se mais segura ali, e uma sensação de cansaço por tudo o que vivera até então tornava-se cada vez mais presente: “*Eu já estava saturada de tudo*”. Além disso, era a primeira vez que sua relação conjugal era observada por testemunhas tão próximas, e que acabariam por intervir.

Este processo atingiu sua culminância quando ocorreu aquela que seria a última agressão. O marido começou a xingá-la, desencadeando uma discussão no quarto. Porém, Ana diz que neste dia sentia-se

mais forte, por estar na casa dos pais. Seu irmão caçula estava em casa neste momento, alguém que ela sempre admirou muito.

A cena que então se desenrola traz duas falas que seriam decisivas e levariam à ruptura definitiva entre Ana e a violência conjugal. A primeira é a do irmão. Depois que João sai para o trabalho, ele a chama para conversar. Diz a Ana que seu marido teria coragem de matá-la. Questiona qual o tipo de vida que daria às filhas, convivendo com um pai que bebia e maltratava a mãe. Garante-lhe que a família a ajudaria a criar as filhas, e, o que foi decisivo para Ana, que ela não deveria “envergonhar-se de haver errado” (referindo-se à escolha do parceiro, à crença tão presente na narrativa de Ana de que, se havia casado, deveria agüentar), pois isto não importava. Ana conta que tais palavras a fortaleceram. O irmão avisa, por fim, que, se ela desejasse continuar vivendo com o marido, teria que acompanhá-lo, pois ali, a partir daquele dia, ele não entraria mais.

Após a conversa, Ana decide arrumar a bolsa de roupas de João e a deixa na varanda. À noite, quando ele retorna, o cunhado já o aguardava no portão, e avisa: “*aqui você não entra mais*”. Em seguida, é Ana quem fala, desta vez com ênfase inédita: “*A partir de hoje acabou. Você vai embora*”. Esta fala marca uma diferença em relação às separações anteriores, não deixando margem a novos pedidos de reconciliação pautados no amor “incondicional”. João, desta vez, não retornaria para buscá-la. Ana também não o procuraria mais. Ainda que apoiado pela ação do irmão, o dizer de Ana é o que tem, de fato, a possibilidade e o vigor necessário para alterar o curso de sua história.

O conjunto da situação, desde a briga com o marido, até o apoio incondicional do irmão e a firmeza da ação de Ana, funciona como “acontecimento”. Diferente da fala como representação, a fala como acontecimento faz acontecer, atuando como “dispositivo acontecimental”, no dizer de Figueiredo (1994, p. 151). Segundo este autor, o acontecimento é uma ruptura na trama das representações e das rotinas; uma quebra dos dispositivos de construção e

manutenção do “tecido da realidade”; uma transição para um novo sistema representacional, funcionando então como “disruptor” de uma trama ou tecido, como “destecedor” (FIGUEIREDO, 1994, p. 152). Neste sentido, aproxima-se de Legrand (1957, p. 125) que define **acontecimento** (*l'événement*) como aquilo que remete a uma variação do real caracterizada pela descontinuidade, uma ruptura no tecido do real, que se destaca sobre o fundo da uniformidade, definindo-se como diferença.

O acontecimento dá passagem ao inesperado, surpreendente, inacreditável, impossível, dividindo o tempo em antes e depois (FIGUEIREDO, 1994). Esta fala (“acontecimental”) irá permitir que o acontecimento “acabe de acontecer” e se torne disponível para a simbolização e para a elaboração representativa, ou seja, irrompa no seio da repetição para dar margem à criação, ao fazer história, ao invés de apenas contar histórias. “É, apenas, aquela fala acontecimental a que, fazendo acontecer o acontecimento, liberta a existência da repetição instaurada pelo trauma<sup>5</sup>, reinstalando nela uma verdadeira história” (FIGUEIREDO, 1994, p. 168). O acontecimento que causa impacto traz em si uma potência disruptiva. Cabe ao sujeito que o vive, na relação que ele terá com o contexto que o cerca (familiar, institucional, político, econômico) criar formas de enfrentamento e recriação de dimensões da existência a partir de seu advento (CARRETEIRO, 2003). Uma vez tematizada sua situação, é possível a Ana apropriar-se da própria experiência, permitindo o transitar para outros sentidos, outras representações, até então bloqueadas.

Ao dizer “acabou”, Ana traduz exatamente o que se seguirá na prática, em sua história, ou seja, a ação real de “acabar”, de encerrar ali, a partir daquele momento, o ciclo de sete anos de violência. O que foi dito interfere e altera a realidade. A fala ganha valor de ato, torna-se um “ato de palavra”, dando sustentação a uma outra tessitura da história.

<sup>5</sup> O autor define trauma como “acontecimento inconcluso”, o que se eterniza e bloqueia a possibilidade de novos acontecimentos.

Em seu caso, desapareceram naquele dia as figuras da expectativa silenciosa, do isolamento, do silêncio (SENNETT, 2001). Há uma fala singular. No entanto, permanecem nela marcas da violência, cicatrizes visíveis ou invisíveis. Estas, segundo Ana, “são mais difíceis de apagar”.

## CONCLUSÃO

Pudemos observar, ao longo da narrativa, o quanto fatores históricos, como os discursos e práticas do moralismo médico e do amor romântico, remanescentes do século XIX, mantém indícios na dinâmica de relacionamentos conjugais e o quanto sua presença é atuante nos relacionamentos marcados pela violência.

A história de vida de Ana, embora um percurso singular, é representativa de inúmeras outras, onde estas falas se repetem e entretêm a violência, bloqueando a passagem para outras linguagens. Analisar os vínculos da história permite-nos compreender o trabalho de incorporação da herança vinculada às origens sociais e familiares, percebendo o quanto a história coletiva condiciona os destinos individuais (GAULEJAC, 2002). Nos casos de violência conjugal, há todo um contexto sócio, político, histórico, familiar e institucional que reforça os elementos de intimização, conspirando fortemente para a manutenção da condição violenta. Por outro lado, percebe-se a importância de campos intermediários na superação da situação de violência. Neste ponto podemos citar vários eixos, tais como a interferência familiar, a profissionalização, esta última, não por acaso, pauta central na trajetória de lutas e conquistas femininas ao longo da história, os quais foram abrindo para Ana a possibilidade de conexão com outros espaços sócio-institucionais de domínio público, que se mostraram decisivos para que lograsse interromper o ciclo de repetições que marca as relações pautadas pela violência. É importante também destacar no caso analisado a transformação ocorrida, nos últimos anos, nas instituições de acolhimento às pessoas que sofrem violência doméstica. Estas, ao permitirem que se retire o peso da esfera privada,

promovem uma outra inscrição do lugar institucional na construção subjetiva. Inscrevem simbolicamente a cidadania na esfera da subjetividade. O conjunto de fatores que chamaremos de *terceiros* são importantes para criar outros pólos de investimento em um dos cônjuges e favorecem criar deslocamentos na colagem entre os parceiros que vivenciam situações de violência no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

CARRETEIRO, T. C. História de vida. *Revista de Investigación Facultad de Psicología de La Udelar*, Montevideo. n. 1, p. 15-28, 1989.

\_\_\_\_\_. Acontecimento: categoria biográfica, individual, familiar, social e histórica. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. La citoyenneté appauvrie. In: GAULEJAC, V.; ROY, S. (Org). *Sociologies cliniques*. Paris: EPI, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ENRIQUEZ, E. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Família: diagnóstico e terapia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FIGUEIREDO, Luís C. *Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ/Escuta, 1994.

GAULEJAC, V. de. Lo irreductible social y lo irreductible psíquico. *Perfiles Latinoamericanos. Revista de la Sede Acadêmica de México de la Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales*, año 10, n. 21, p. 49-71, 2002.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

LA BOETIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

LEGRAND, Michel. *L'événement in L'approche biographique*. Paris: Hommes et perspectives – ÉPI, 1957.

A MULHER brasileira nos espaços público e privado. 2001. Disponível em: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br). Acesso em: 15 abr. 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROUGEMONT, D. de. *História do amor no Ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou da educação*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1979.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.